

Recessão está clara no horizonte

A hipótese de recessão não está afastada, em 1989. Ela poderá se consumir a partir da manutenção de uma política fiscal contracionista. Os gastos do Governo em consumo e investimentos cresceriam apenas 5 por cento em termos reais, a partir do próximo ano. Trata-se de uma meta conservadora — segundo estudo elaborado pelos economistas do Instituto de Pesquisas Econômicas (Ipea) do Ministério do Planejamento, Eustáquio Reis, Régis Bonelli e M. Polônio Reis — compatível com uma estratégia ortodoxa de ajustamento externo.

A previsão dos economistas é uma inflação de 200 por cento, em 1989, a manutenção de uma taxa de juros real de 15 por cento sobre a dívida pública interna; e uma desvalorização de 3 por cento real da moeda, para compensar a taxa de inflação norte-americana. A agricultura, nesse contexto, cresceria 4,6 por cento no período 1989-91, os investimentos aumentariam 1 por cento do Produto Interno Bruto — PIB —, que nestes quatro anos registraria um crescimento de 19 por cento.

Esse cenário, segundo o estudo, é bastante questionável. O País seria obrigado a continuar fazendo grande esforço para ge-

rar altos superávits comerciais destinados ao pagamento dos juros da dívida externa. Não há como fazer estimativas seguras sobre o comportamento da taxa de juros externa. Se ocorrem fortes pressões inflacionárias nos EUA, a taxa de juros subirá, e o pagamento ficará ainda mais difícil. Nesse caso, não estaria afastada a possibilidade de o Governo brasileiro renegociar novamente a dívida externa, para aliviar o esforço no pagamento dos juros e evitar as pressões inflacionárias internas.

Esse cenário recessivo contempla uma forte contenção do crescimento do consumo privado, levando a uma redução significativa de sua participação no Produto Interno Bruto de 70 por cento em 1987 para 65 por cento em 1991.

O outro cenário traçado pelos economistas do Ipea prevê crescimento do PIB em 7 por cento de 87 a 89, sendo que a indústria cresceria 7,5 por cento. Haveria queda significativa nas transferências externas. Se, pela estratégia ortodoxa, se previa uma transferência líquida de capital de 6,3 por cento do PIB, pela estratégia expansionista a transferência seria de apenas 2 por cento do PIB até 1991.

Os gastos do Governo aumentariam, de acordo com a estratégia expansionista, 15,3 por cento do PIB, de 1987 a 1991, contra 12,4 por cento previstos no cenário recessivo. A dívida pública interna cresceria de 1,4 por cento do PIB para 5,4 por cento em 1991.

Para os economistas do Ipea, o principal obstáculo da economia brasileira é o financiamento do setor público. A poupança externa não existe mais, e a capacidade de poupança interna é limitada. Seria necessário promover uma drástica redução dos subsídios e incentivos fiscais para aumentar a receita tributária, mas a disposição política do Governo é questionável. A alternativa, segundo o estudo, é a desvalorização cambial para favorecer os exportadores que perderão incentivos, seguida de uma política de liberação das importações.

A desvalorização cambial — prevista em 15 por cento, para compensar o fim dos subsídios — não tem, no entanto, apoio integral dentro do Governo. No Ministério da Fazenda, os economistas lembram que haveria, caso isso ocorresse, uma forte pressão inflacionária que levaria de roldão qualquer estratégia de ajustamento econômico.